



Necropolítica do ciborgue: ChatGPT e servidão maquínica

Cyborg necropolitics: ChatGPT and machinic enslavement

Eduardo Espíndola Braud MARTINS*

Rodrigo Ferreira VIANA**

RESUMO: Este artigo emprega uma visão de linguagem ciborgue e coletiva (Martins; Viana, 2019) para explorar a atuação de Inteligências Artificiais atuais enquanto dispositivos que contribuem para o estabelecimento de ontologias raciais e políticas de morte de corpos racializados. A análise se dá a partir do ChatGPT, popular ferramenta de Inteligência Artificial da OpenAI, e dos modos como esse dispositivo sustenta e fortifica as narrativas neoliberais e as políticas de inimidade contemporâneas. Para tanto, utilizaremos os conceitos de ciborgue (Haraway, 2009[1991]) e a Teoria Ator-Rede (Latour, 2012) para complexificar os entendimentos acerca da linguagem, bem como os conceitos de necropolítica (Mbembe, 2018[2003]) e governamentalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016) para compreender a ação de entidades maquínicas na atualidade. Defendemos que tais discussões precisam ser expandidas para burlar, borrar e hackear ideologias que versam sobre uma ontologia precisa entre humanos/não-humanos, uma vez que são tais imaginários que permitem a produção e perpetuação dessas mesmas opressões.

PALAVRAS-CHAVE: ChatGPT. Ciborgue. Necropolítica. Neoliberalismo. Servidão maquínica.

ABSTRACT: This article employs a cyborg and collective view of language (Martins; Viana, 2019) to explore how late Artificial Intelligences operate as devices that contribute to the establishment of racial ontologies and policies of death of racialized bodies. The analysis is based on ChatGPT, the popular Artificial Intelligence created by OpenAI, and the ways in which this device supports and strengthens contemporary neoliberal narratives and politics of enmity. To do so, we will use the concepts of cyborg (Haraway, 2009[1991]) and Actor-Network Theory (Latour, 2012) to complicate understandings about language, as well as the concepts of necropolitics (Mbembe, 2018[2003]) and neoliberal governmentality (Dardot; Laval, 2016) to understand the action of machinic entities today. We argue that these discussions need to be expanded to circumvent, blur and hack ideologies that deal with a precise ontology between humans/non-humans, since it is such imaginaries that allow the production and perpetuation of these very oppressions.

KEYWORDS: ChatGPT. Cyborg. Necropolitics. Neoliberalism. Machinic enslavement.

* Doutor em Linguística Aplicada (UFRJ). Professor do Instituto de Letras e Linguística – UFU. eduardo.espindola@ufu.br

** Doutor em Linguística Aplicada (UFRJ). Docente externo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). rodrigo.viana@prof.ce.gov.br

Artigo recebido em: 29.07.2024

Artigo aprovado em: 03.12.2024

1 Introdução

Em seu último artigo, Martins e Viana (2019) propuseram uma visão de linguagem ciborgue e coletiva como uma perspectiva que reconhece a relação intrínseca entre humano e tecnologia, em que a linguagem é um elemento fundamental de mediação e construção de significados. Segundo os autores, a linguagem ciborgue se refere ao uso de tecnologias para ampliar e modificar a capacidade humana de comunicação e expressão. Isso inclui desde ferramentas simples, como lápis e papel, até dispositivos mais sofisticados, como smartphones, computadores e sistemas de inteligência artificial.

O parágrafo anterior não é de “nossa” “autoria”, e tampouco está realmente alinhado com nossa visão sobre o tema. Ele foi (d)escrito pelo ChatGPT, uma ferramenta de Inteligência Artificial baseada em processamento de linguagem natural (PLN), lançada no fim de 2022 pela OpenAI. Em “suas” próprias palavras, o dispositivo “utiliza um modelo de aprendizado profundo, treinado em grandes quantidades de texto, para gerar respostas coerentes e contextualmente relevantes a uma ampla variedade de perguntas e prompts” (OpenAI, 2024). Dispositivos como esse ganharam enorme popularidade em pouco tempo e têm adentrado cada vez mais o cotidiano das pessoas – ao ponto de, atualmente, já existir atendimento psicológico via Inteligência Artificial¹, bem como já haver computadores com tecnologias e recursos de processamento específicos para IAs².

O uso de ferramentas como o ChatGPT tem levantado uma série de questões epistemológicas, éticas e sociais que devem ser cuidadosamente consideradas e debatidas atualmente, incluindo a produção e disseminação de *fake news*; a

¹ <https://exame.com/inteligencia-artificial/terapia-por-ia-atendimento-24h-barato-e-sem-julgamentos-atrai-pacientes-mas-funciona/>. Acesso em 17 jul. 2024.

² <https://www.infomoney.com.br/business/meu-computador-precisa-de-ia-entenda-o-que-a-tecnologia-faz-nos-pcs/>. Acesso em 17 jul. 2024.

(re)produção de preconceitos e estereótipos nos textos produzidos; o uso indiscriminado de textos e o desmanche de noções de privacidade, responsabilidade e autoria; o aumento do desemprego e a precarização de condições de vida ao redor do mundo e até a interferência na capacidade crítica e analítica das pessoas ao empregarem a ferramenta para a produção de tarefas e solução de problemas.

Nesse viés, tomando o ChatGPT como base, este artigo emprega uma visão de linguagem ciborgue e coletiva (Martins; Viana, 2019) para complexificar os entendimentos sobre a constituição de subjetividades junto a dispositivos de Inteligência Artificial da atualidade. O questionamento principal que guiará as reflexões desenvolvidas é: como o ChatGPT atua nos processos subjetivos e precarizados de nosso mundo neoliberal? É isso que denominamos “necropolítica do ciborgue”: a atuação de dispositivos do mundo neoliberal atual que estimulam e fortificam desigualdades sociais, naquilo que Mbembe (2018[2013]) denominou *devir-negro do mundo*, a partir de atos de linguagem que produzem e estabelecem sentidos e fronteiras ontológicas precisas sobre/entre humanos e tecnologias.

Para isso, seguiremos duas frentes principais de teorização. A primeira está relacionada ao conceito de ciborgue (Haraway, 2009[1991]) e à Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), empregados para argumentar que **a linguagem é tão ciborgue quanto os agentes humanos e não-humanos que a produzem** (Martins; Viana, 2019). A segunda está associada à noção de necropolítica (Mbembe, 2018[2003]) e às novas formas de deixar morrer ou fazer morrer propiciadas pelos conglomerados tecnológicos da atualidade, visíveis a partir da uberização das relações de trabalho (Slee, 2017; Antunes, 2020) e da plataformização da sujeição-servidão (Lazzarato, 2010), empregados para argumentar que **os dispositivos tecnológicos da atualidade produzem necropolíticas e servidão maquínica**. Nosso argumento principal é que tais discussões precisam ser expandidas para burlar, borrar e *hackear* ideologias que versam sobre uma ontologia precisa entre humanos/não-humanos (ou

natureza/tecnologia), uma vez que são tais imaginários que permitem a produção e perpetuação dessas mesmas opressões.

Na próxima seção, elaboramos uma discussão sobre as dimensões implicadas no entendimento da linguagem enquanto assemblagem (Pennycook, 2024). Em seguida, tratamos da discussão que Mbembe (2018[2003]) propõe sobre a necropolítica e seu imbricamento com o que Dardot e Laval (2016) visibilizam como governamentalidade neoliberal. Essas reflexões serão empregadas na quarta seção para elaborarmos uma análise do ChatGPT enquanto um exemplo de necropolítica do ciborgue. Já na quinta e última seção, propomos uma reflexão sobre os modos de resistências que podemos criar, coletivamente, ante a tais forças neoliberais e necropolíticas.

Ressaltamos que este trabalho não está voltado a produzir uma palavra “final” ou “universal” sobre os conceitos ou tecnologias aqui discutidos, a ideia é propor uma leitura possível, dentre tantas outras, sobre o papel das Inteligências Artificiais (e as narrativas que as engendram) em nossas socialidades correntes, bem como fomentar o debate sobre nossas responsabilidades diante dessas mesmas questões. É um texto obviamente embasado e enviesado por nossas interpretações e vivências pessoais e acadêmicas, algo que não buscamos apagar em nenhum momento. Destacamos, também, que por mais que argumentamos em prol de uma visão mais coletiva de “existência”, na qual “humanos” e “máquinas” não sejam **nunca** pensados como entidades em separado ou separáveis (mas **sempre** como ciborgues), utilizaremos certos termos – como humano, não-humano, máquina, tecnologia, dispositivo, pessoal, indivíduo – ao longo do texto com fins didáticos, evidenciando as relações de polaridade em curso por tais elementos.

2 Linguagem ciborgue

“Quando dizemos que fomos feridos pela linguagem, que tipo de afirmação fazemos?”. É com essa pergunta que Judith Butler (1997, p. 1) inaugura sua obra

“Excitable Speech: a politics of the performative” (Discurso Excitável³: uma política do performativo), questionando como é que atribuímos uma certa agência à linguagem quando dizemos que ela **causa uma ação em nós**. Mudaremos – e complexificaremos – tal questionamento ao reformular essa pergunta da seguinte maneira: Quando dizemos que a linguagem é ciborgue, que tipo de ação ela faz? Seria ela capaz de nos atingir, de nos ferir?

Tal reflexão será importante para pensarmos o ChatGPT e aquilo que ele produz – seus textos – não enquanto algo puramente “humano” ou “maquínico”, mas sim enquanto uma assemblagem: uma amálgama de entidades diversas (**agentes/atores**) que se reúnem para produzir associações (Latour, 2012). Para Pennycook (2024, p. 1), isso significa “(...) abordar a linguagem não como uma entidade pré-existente ou circunscrita, mas sim como algo criado, produzido na ação social”. Esse é o primeiro passo para entendermos o dispositivo da OpenAI enquanto uma poderosa ferramenta neoliberal, voltada a uma cisão precisa entre humanos e não-humanos.

Para conseguirmos atribuir agência à linguagem, precisamos entendê-la enquanto um tipo muito rebuscado de ação, a qual não possui limites ontológicos claros ou facilmente delimitáveis. Quando a linguagem age sobre nós, um conglomerado de coisas e pessoas compõem essa ação, de modo que “linguagem” nunca será uma coisa só (afinal, ela nunca o foi). Além disso, essa miríade de agentes tampouco faz parte de algum domínio nitidamente enumerável, podendo ser uma quantidade diversa de coisas e objetos (Schül, 2012), um sem-número de pessoas (Biondi, 2010) e até uma legião de divindades (Viana, 2023) – todas agindo em conjunto para que uma afirmação do tipo “a linguagem me feriu” possa ser feita.

Na ficção científica, o ciborgue é tido enquanto um ser cibernético que mistura próteses biônicas a um corpo orgânico, tornando-se assim um “super-humano”, *high-*

³ Em 2021, a Editora Unesp lançou uma tradução dessa obra no Brasil, realizada por Roberta Fabbri Viscardi, que traduziu “Excitable Speech” por “Discurso de Ódio”.

tech e altamente avançado, que luta no espaço contra o fim do universo⁴. Por ser composto por partes “naturais” e “tecnológicas”, ambas igualmente integrantes de sua gênese, fica difícil precisar qual desses dois domínios configura seu estado primeiro – se foi um humano que recebeu aparatos prostéticos ou se foi uma máquina que recebeu estruturas carbônicas. Assim, o ciborgue se torna uma criatura sem início, que começa pelo meio. Haraway explora essa questão afirmando que:

Em certo sentido, o ciborgue não é parte de qualquer narrativa que faça apelo a um estado original, de uma “narrativa de origem”, no sentido ocidental, o que constitui uma ironia “final”, uma vez que o ciborgue é também o *telos* apocalíptico dos crescentes processos de dominação ocidental que postulam uma subjetivação abstrata, que prefiguram um eu último, libertado, afinal, de toda dependência – um homem no espaço (Haraway, 2009, p.38-39, grifo da autora).

É a partir desse fio que a filósofa e feminista toma o ciborgue como centro de sua teoria, construindo uma provocação científica voltada ao questionamento de fronteiras ontológicas no conhecimento. O ciborgue deixa de figurar a narrativa ocidental de um guerrilheiro biônico para compor a teia argumentativa que busca romper com a narrativa quiçá mais latente, resistente e duradoura da modernidade: a de que existe uma “natureza” e, com ela, a de que existe uma “cultura” – esferas essas de limites altamente precisos, reconhecíveis e universais. Dizer que algo é ciborgue, nessa nova linha de pensamento, significa afirmar que esse algo é altamente escorregadio em seus limites existenciais – não mais “puramente natural”, nem mais “socialmente cultural”. Nas palavras de Haraway:

O ciborgue pula o estágio da unidade original, da identificação com a natureza, no sentido ocidental. Essa é sua promessa ilegítima, aquela que pode levar à subversão da teleologia que o concebe como guerra nas estrelas.
[...]

⁴ Frequentemente simbolizado enquanto “Estados Unidos”.

Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas (Haraway, 2009, p. 39).

Seguindo o fio da autora, ao argumentarmos que a linguagem é ciborgue, estamos borrando as fronteiras de sua constituição. Com isso, da mesma maneira que um ciborgue deixa de ser uma combinação precisa entre natural/cultural, a linguagem também o faz: ela deixa de ser uma produção eminentemente humana, advinda da natureza, ao passo que também deixa de ser uma construção meramente social, advinda da cultura e da técnica. O importante – e interessante – agora, é prestar atenção em como a linguagem opera muito mais no fissuramento dessas raias do que em limites claramente delimitados ou reconhecíveis, de maneira que não seja possível afirmar com nitidez que ela esteja localizada em algum local único ou em algo em específico.

É nesse ponto que a noção do ciborgue mais nos auxilia: ao entendermos que a linguagem não possui uma só origem – não é nem o cérebro que pensa, nem a imagem acústica suscitada, nem a boca que fala, nem aquilo que é dito, nem as ondas sonoras, nem o ouvido que ouve, nem o cérebro que interpreta e nem a imagem acústica formada⁵, todos os seus integrantes (sejam eles entendidos enquanto “naturais” ou “culturais”) precisam ser pensados, de maneira relacional, horizontal e distribuída, na composição daquilo que acontece quando afirmamos que a linguagem “aconteceu”, como acontece quando dizemos que ela nos feriu (Butler, 1997). A ideia do ciborgue é o que nos permite enxergar a linguagem enquanto uma ação coletiva: um

⁵ Tomamos aqui o circuito da fala desenvolvido no *Curso de Linguística Geral* (Saussure, 2006[1916], p. 19) para exemplificar a multiplicidade de agentes que participam disso que chamamos “linguagem” por conta da influência de tal teorização no desenvolvimento da Linguística enquanto área do conhecimento. De qualquer modo, entendemos que a linguagem vai muito além dessas instâncias, principalmente no que diz respeito a agentes não-humanos em sua constituição.

conglomerado de elementos, diversos e dispersos, que agem para produzir e efetuar isso mesmo que chamamos “linguagem”.

A teorização de Haraway (2009[1991]) une-se, assim, à Teoria Ator-Rede (TAR), de Latour (2012). Em linhas gerais, a TAR⁶ é uma crítica a abordagens sociológicas que argumentam que determinado fenômeno é “social”, como se esse termo designasse algum domínio externo, anterior às relações, uma espécie de fenômeno capaz de produzir determinada socialidade. De maneira diametralmente oposta, Latour (2012, p. 341) argumenta que “o social não é um lugar, uma coisa, um domínio ou um tipo de matéria, e sim um movimento provisório de associações novas”. O papel da sociologia, nesse viés, estaria em analisar a maneira como diferentes instâncias – entendidas como “atores” – se entrelaçam para formar isso mesmo que chamamos de “social”, ao mesmo tempo em que entende que se trata de uma formação momentânea – entendida como “rede”.

De maneira análoga, empregamos a sociologia das associações de Latour (2012) para criticar o uso do termo “linguístico” enquanto uma entidade anterior aos efêmeros agrupamentos formadores de seus elementos constituintes. Assim, a linguagem deixa de ser utilizada enquanto um referente – “isso” é linguagem – ou uma explicação para certo tipo de fenômeno – isso é “linguístico” – para ser encarada também enquanto uma associação momentânea: um tipo de (rel)ação que efetua – fabrica – seus termos, isto é, que “produz as condições que descreve” (Pennycook, 2007, p. 66)⁷. Nesse viés, todos os elementos “naturais” e “culturais” que compõem a linguagem – seus **atores** – são distribuídos em uma malha relacional – a **rede** –, a qual só é possível justamente por conta da ação de seus agentes⁸: atores e redes só existem em relação – a própria **ator-rede** (Latour, 2012).

⁶ A abordagem de Latour também é bastante conhecida pela sigla em inglês ANT (*Actor-Network Theory*).

⁷ Por mais que Pennycook (2007) esteja se referindo aqui a uma visão de linguagem enquanto performance, ainda de base bastante antropocêntrica, estamos estendendo tal entendimento a entidades não-humanas também (Martins; Viana, 2019).

⁸ Utilizamos ator e agente como sinônimos: algo ou alguém que atua ou age.

Conferimos, então, dois atributos à linguagem: **ciborgue** para romper com sua precisão ontológica (Haraway, (2009[1991]) e **coletiva** para distribuir sua produção entre uma série de agentes diversos, os quais são também seus efeitos (Latour, 2012). Com isso, ao dizermos agora que a linguagem nos feriu (Butler, 1997), podemos entender essa ação como um emaranhado de atores em rede, uma multiplicidade de agentes e atos que culmina – mas não se encerra – nessa ferida injuriosa. É por isso que argumentamos que **a linguagem é tão ciborgue quanto os agentes humanos e não-humanos que a produzem**: ela é parte constituinte desse feixe de relações.

Agora quem age sobre nós são as novas Inteligências Artificiais, aprisionadas na servidão maquínica das ontologias raciais de nosso tempo. Não é mais o policial da teoria de Althusser (1970) que diz “Ei, você!”, nos interpelando e impelindo a agir. Agora, é o próprio ChatGPT que nos aborda, interpelando, recriando e ironizando nossa própria e precária “humanidade”. Com isso, as seguintes questões emergem: em que dimensões essas ações implicam a precariedade? Quais direcionamentos essa implicação traz para as subjetividades contemporâneas?

3 Necropolítica: governamentalidade neoliberal e política da inimizade

Achille Mbembe (2018[2003]) trouxe a reflexão sobre o necropoder e a necropolítica partindo de uma releitura dos conceitos de biopoder e biopolítica, desenvolvidos por Michel Foucault (1997), no tocante ao estatuto que a morte adquire nos dispositivos de governo dos Estados soberanos.

No curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (1997) aponta para uma mudança histórica dos mecanismos que caracterizavam o que se entendia por soberania e poder soberano. Se, em um primeiro momento, a soberania era baseada em um poder de *fazer morrer ou deixar viver* exercido por um soberano (Rei, Monarca) sobre seus súditos; em um segundo momento, após a queda do Antigo Regime e a emergência dos Estados modernos, a soberania passou a se preocupar com a gestão da vida (biopoder), baseando-se em um poder de **fazer viver e deixar morrer** exercido de maneira

disciplinar sobre os indivíduos, e, com isso, também preocupada com a gestão de sua população (biopolítica) em prol da segurança e governamentalidade de seu território.

Buscando ir além do pensamento foucaultiano, Mbembe (2018[2003], p. 16) destaca que, nos dispositivos de governo ocidentais, a soberania se expressa “predominantemente como o direito de matar”; mas não de matar qualquer sujeito/população, nem de qualquer modo. Um **necropoder** caracteriza-se, assim, por um direito **necropolítico** de **deixar morrer ou fazer morrer** determinado/a sujeito/população. Tal direito não opera, apenas, “mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer” (Mbembe, 2018[2003], p. 17), mas necessita pressupor uma **relação de inimizade** que compõe as fronteiras externas e internas ao território soberano, e que pode ser entendida como a presença ameaçadora de um corpo **racializado** sob o qual o direito de matar deve operar. Parafraseando Foucault, Mbembe (2018[2003], p. 17-18) nos diz que é através da “distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros” que o racismo de Estado cumpre, a um só tempo, a função distributiva da morte e a legalidade constitutiva do fazer morrer próprias às funções “assassinas do estado”, tendo como exemplo histórico mais bem acabado, de acordo com Foucault, o Estado nazista.

Todavia, alerta Mbembe (2018[2003]), as raízes materiais e tecnológicas do Estado nazi podem ser encontradas, historicamente, tanto no imperialismo colonial, quanto na serialização de mecanismos técnicos presente no período entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial. A partir da genealogia que Traverso (2002) faz da violência nazi, Mbembe nos diz que:

(e)sse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o “povo apátrida” do mundo industrial aos “selvagens” do mundo colonial (Mbembe, 2018, p. 21).

Por conta disso, a fusão entre a racionalidade moderna e o “terror”⁹ tem de reconhecer, na escravidão, “uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (Mbembe, 2018[2003] p. 27) executada na modernidade. Desse reconhecimento, Mbembe aponta para como o necropoder foi agenciado, nos dispositivos de governo ocidentais, a partir de uma interface entre o **terror** e o **estado de exceção**, de modo a fazer florescer a legitimidade da necropolítica colonial. O próprio regime da *plantation* colonial pode ser reconhecido, desse modo, como uma “figura emblemática e paradoxal do estado de exceção” (Mbembe, 2018[2003] p. 27). Primeiro, por que a humanidade do sujeito escravizado é destituída, sendo ele apenas uma “sombra personificada” de um ser humano que perdeu seu lar, os direitos sobre o seu corpo, e, com isso, seu estatuto político; segundo, porque a estrutura jurídico-política do território da *plantation* faz desse sujeito escravizado alguém que pertence ao seu senhor, ao ponto de a violência física e psicológica a ele/a direcionados tornarem-se “um componente da etiqueta” utilizada ora como “capricho”, ora como “ato de destruição”, de modo a “incutir o terror” na vida do sujeito escravizado, fazendo dela “uma forma de morte-em-vida” (Mbembe, 2018[2003] p. 29). Assim, é na experiência colonial que “vemos a primeira síntese entre massacre e burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental” (Mbembe, 2018[2003] p. 32). Além disso, é nela também que podemos notar

um traço que persiste evidente: no pensamento filosófico moderno, assim como na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a “paz” tende a assumir o rosto de uma “guerra sem fim” (Mbembe, 2018[2003] p. 32-33).

⁹ Terror este que, desde a Revolução Francesa, passou a funcionar como um componente quase necessário da seara política no Ocidente. Mbembe, (2018[2003], p. 23) argumenta que “teóricos do terror acreditam ser possível distinguir entre autênticas expressões da soberania e as ações do inimigo. Eles também acreditam distinguir entre o “erro” do cidadão e o “crime” do contrarrevolucionário na esfera pública. Assim, o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errática de criar um espaço em que o “erro” seria minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado”.

Noutras palavras, o território colonial da *plantation* constitui um **estado de exceção** no qual as leis do Estado moderno não são asseguradas para toda a população, um lugar no qual determinada parte da população é mantida em um **estado de sítio** através do uso da violência e do terror – um território onde o *deixar morrer ou fazer morrer* requer uma **política de inimizade** capaz de fazer da soberania uma **máquina de guerra** e extermínio sem fim do **inimigo imaginado**. O que nos leva a perguntar: contemporaneamente, quais territórios figuram como alvos desse tipo de necropoder e necropolítica? Em que máquinas de guerra podemos reconhecer o exercício dessas políticas de morte?

O neoliberalismo, emergente desde a década de 1970, colocou em xeque o poder soberano dos Estados nacionais em relação ao mercado global, transformando profundamente o capitalismo e sua penetração nas relações sociais, configurando-se, assim, como um mote para a compreensão de novos arranjos necropolíticos. Nas palavras de Dardot e Laval (2016, p. 7), “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.”

Como nos alertam os autores, é simplista a percepção de que, nessa fase do capitalismo contemporâneo, a **governamentalidade neoliberal** se caracterizaria apenas pela submissão das ações de Estado em relação às variações da economia global. Isso porque ela não procura conduzir apenas os limites que devem ser dados ao governo político, os direitos naturais assegurados aos indivíduos ou o cálculo utilitarista¹⁰. Ela busca “como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens [*sic*] como o do governo de si” (Dardot; Laval, 2016, p. 34). Ela transformou o Império (Hardt; Negri, 2001) em Empresa¹¹, e esta última em modo de fabricação do

¹⁰ Preocupações projetadas pelo liberalismo clássico de Adam Smith, John Locke e Jeremy Bentham (Dardot; Laval, 2016).

¹¹ Com a chegada e crescimento dos aplicativos, é possível afirmar também que houve uma transformação do Estado/Empresa em “Plataforma” (Guyer, 2016).

sujeito, algo bem visibilizado pela uberização das relações de trabalho contemporâneas (Slee, 2017; Antunes, 2020). Nesse sentido, ao considerarem o neoliberalismo como uma “**racionalidade governamental**”, os autores nos possibilitam operar um *link* entre “o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (Dardot; Laval, 2016, p. 34) e o que chamamos aqui de necropolítica do ciborgue.

Se, na transição do antigo regime para a modernidade, o poder soberano adquire novos contornos (Foucault, 1997) sem deixar de efetuar sua dimensão necropolítica (Mbembe, 2018[2003]), contemporaneamente, essa dimensão passa a contar com a materialidade do desenvolvimento das novas **tecnologias da informação e comunicação** (as TICs) e seus atravessamentos em escala global, local e subjetiva. Pasquinelli ilustra esse ponto ao argumentar que

O espaço político dos dados emerge como uma extensão das instituições de conhecimento e poder anteriores, embora agora sob o domínio complexo e pesado das ciências da informação e da matemática. As “paisagens de dados” nasceram dos antigos registros de arquivos como simples grades quadradas: linhas horizontais com o nome das pessoas e linhas verticais desenhando e organizando seus dados políticos: idade, gênero, classe, doença, crime, etc. (...) O censo dos EUA de 1890, por exemplo, só foi possível graças à introdução de cartões perfurados pela Tabulating Machine Company (que em 1924 mudaria o seu nome para International Business Machines, ou IBM). Esse censo já deixou claro como as tecnologias da informação estavam a contribuir para os processos de segmentação e racialização da sociedade norte-americana. Depois da Segunda Guerra Mundial, o encontro das estatísticas com os primeiros computadores mainframe produziu bancos de dados como forma política (Pasquinelli, 2018, p. 254).

Ora, nas últimas três décadas, esse desenvolvimento tecnológico influenciou sobremaneira os modos de produção capitalista, e vêm a um só tempo com a radicalização da governamentalidade neoliberal supracitada, de modo a tornar possível, na fase do capitalismo em que vivemos, a conjugação do neoliberalismo com

a produção da subjetividade do sujeito contemporâneo via plataformas digitais¹². Levando em consideração que o Estado, e sua soberania, figuram mais como entes cujo poder de ação está vinculado aos interesses do capital, agindo sob a governança neoliberal, a soberania deixa de figurar também como a principal instância de controle do necropoder através do racismo de Estado, sendo esse poder de morte agora estendido às grandes corporações proprietárias da materialidade infraestrutural das plataformas digitais. Nesse sentido, o necropoder e a necropolítica adquirem novos contornos maquínicos capazes de operacionalizar novos modos de ocupação e colonização que relegam aos sujeitos colonizados ao que Mbembe descreve como “uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (2018[2003], p. 39). É essa precarização do sujeito que atualiza o estatuto de morte-em-vida produzido durante a escravidão, e que agora está voltada a produzir um sujeito não só indeterminado em sua própria existência, como também eternamente em crise.

Essa crise é a do “sujeito empresarial”, do “empresário de si”, do “capital humano” e sua vinculação à lógica da governamentalidade neoliberal que implica, a um só tempo, a **dimensão agonística da competição generalizada** acoplada às plataformas digitais capazes de gerenciar o **governo de si** (Dardot; Laval, 2016), e a generalização das políticas de inimizade e do racismo para além do Estado, do terror inerente naquilo que Mbembe (2018[2013], p. 17-20) denominou **devir-negro do mundo**: a fabricação de um sujeito

neuroeconômico absorvido por uma dupla inquietação, decorrente de sua animalidade (a reprodução biológica de sua vida) e sua coisidade (a fruição dos bens deste mundo), esse *homem-coisa*, *homem-máquina*, *homem-código* e *homem-fluxo* procura antes de mais nada regular a sua conduta em função de normas do mercado, sem nem sequer hesitar em se autoinstrumentalizar e instrumentalizar os outros para otimizar a sua parcela de fruição (Mbembe, 2018[2013], p. 17-20).

¹² Desde redes sociais, tais como Facebook, Instagram, TikTok etc.; aplicativos de gestão das relações interpessoais e de si, tais como Tinder, WhatsApp, Telegram etc.; até aplicativos de gestão de serviços, tais como Uber, iFood, Airbnb etc. São inúmeras as possibilidades de programas direcionados a cada dimensão particular demandada pelo público consumidor.

Parafraseando Mbembe (2018[2003]) podemos, com a leitura espacial de Fanon sobre a ocupação colonial, também pensar as características da ação colonizadora que as plataformas digitais são capazes de criar junto à governamentalidade neoliberal e seu projeto de sujeição/servidão.

Em um primeiro plano de ação, temos a **fragmentação territorial**: várias dessas plataformas e *apps* incorporam em seus algoritmos os dados cadastrais a partir de perfis individuais contendo informações que vão desde a geo-referencialidade (endereço de moradia, principais modos de deslocamento, possíveis itinerários cotidianos etc.); padrões de consumo (compras online, uso de débito e crédito em instituições financeiras, gestão de dívidas etc.) e identificação social (principais plataformas e redes sociais utilizadas, procura e compartilhamento de gostos culturais, ideologias políticas etc.) de seus usuários. Esse mapeamento geopolítico tem por função principal traçar as linhas gerais do investimento tecnológico que será empregado nas possíveis demandas, de modo a maximizar o lucro que essas plataformas poderão ter através da produção e do governo do dito “capital humano”.

Em um segundo plano de ação, derivado e consonante ao primeiro, temos a **verticalização da soberania** tecnológica dessas plataformas, advinda da construção privada da infraestrutura material para a conexão das redes, da construção privada dos algoritmos específicos para o controle e governo dos modelos informacionais para as mais variadas demandas coletivas e individuais, conectando e desconectando o que é de interesse comercial para a plataforma.

Da conjunção entre **fragmentação territorial** e **verticalização da soberania** tecnológica, as plataformas são capazes de, a um só tempo, materializar a governamentalidade neoliberal – proliferando sua dimensão agonística de sujeito – e invisibilizar a responsabilidade que a máquina – a serviço do capital e de interesses privados – tem em relação à necropolítica que vulnerabiliza seus usuários.

Plataformas como Uber e iFood¹³ são ótimos exemplos dessa conjunção, ao passo que, por um lado, neutralizam a ação humana (e sua responsabilidade, capacidade de ação etc.) na medida em que atribuem ao algoritmo a automação da demanda e do serviço e, por outro, ao remeter essa ação a “neutralidade” da “máquina”, relegam e responsabilizam o humano sob seu controle à dimensão agonística da competitividade generalizada, atribuindo à parte humana o efeito negativo da ingerência de si. Ao mesmo tempo em que a máquina é positivada enquanto instância objetiva exterior ao humano, porque neutra e calculista do mercado (e de sua mão invisível), essa lógica aumenta a política de inimizade entre as relações ditas humanas, instância subjetiva e interior de uma humanidade que é negativada em sua subordinação à máquina.

Vejamos, na próxima sessão, como o ChatGPT reproduz essa mesma lógica, nos possibilitando entender as possíveis consequências daquilo que chamamos, aqui, de necropolítica do ciborgue: a fabricação de uma subjetividade empresarial que privilegia a dimensão agonística da competição e rivalidade generalizadas para as relações ditas humanas (Dardot; Laval 2016) e a relação que essa dimensão agonística estabelece com a necropolítica e as políticas de inimizade (Mbembe, 2018[2003]) atribuídas às ações ditas maquínicas.

¹³ Ambas as plataformas enfrentam vários processos trabalhistas em diferentes países, incluindo o Brasil, ao passo que também contribuem para políticas governamentais que visam retirar direitos adquiridos pelas lutas dos trabalhadores. Sobre o aumento do número de processos, veja: <https://istoedinheiro.com.br/acoes-trabalhistas-que-pedem-vinculo-com-apps-aumentaram-14-vezes-desde-2019-2/#:~:text=Cerca%20de%208%2C1%20mil,processos%2C%20sem%20detalhar%20as%20decis%C3%B5es,s>, Acesso em 17 jul. 2024. Sobre as respostas da plataforma Uber, veja: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/03/04/uber-pede-ao-stf-suspensao-de-processos-sobre-vinculo-empregaticio.ghtml>, Acesso em 17 jul. 2024.

4 Necropolítica do ciborgue¹⁴

Para a Ciência da Computação, o ChatGPT é um software conhecido como modelo. Esses programas são desenhados para “simular” alguma coisa, como acontece com modelos de previsão do tempo (que simulam o clima) ou modelos de instrumentos musicais (que simulam o modo como um instrumento soa e é tocado). Aquilo que o ChatGPT simula, no caso, é a própria linguagem, sendo definido como um modelo de linguagem de grande escala (*large language model*) por conta de sua grande quantidade de armazenamento e processamento linguístico. Tal como acontece quando softwares de escrita preveem, sugerem e corrigem as palavras que iremos digitar, mas de maneira muito mais complexa, o ChatGPT simula textos a partir de previsões matemáticas sobre a disposição de palavras em construções textuais.

Para conseguir produzir tais textos, o ChatGPT é treinado (em um processo conhecido como *machine learning* (aprendizado de máquina)) a partir de uma quantidade massiva de dados linguísticos – de aproximadamente 117 milhões de parâmetros¹⁵ em sua primeira versão a 175 bilhões em sua terceira¹⁶. É a isso que alude a sigla GPT – *Generative Pre-trained Transformer* (Transformador Generativo Pré-treinado): uma arquitetura de modelo de linguagem capaz de processar longas sequências de texto (*pre-trained*), formular parâmetros a partir desses dados (*generative*) e gerar textos inéditos de volta (*transformer*¹⁷).

¹⁴ As explicações sobre o ChatGPT aqui descritas foram feitas com base em explicações dos seguintes vídeos do YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=3eMmmj3roOs&pp=ygUIamFpbWUgaWE%3D> e <https://www.youtube.com/watch?v=FdZ8LKijBhQ&t=0s>. Acesso em 29 jul. 2024.

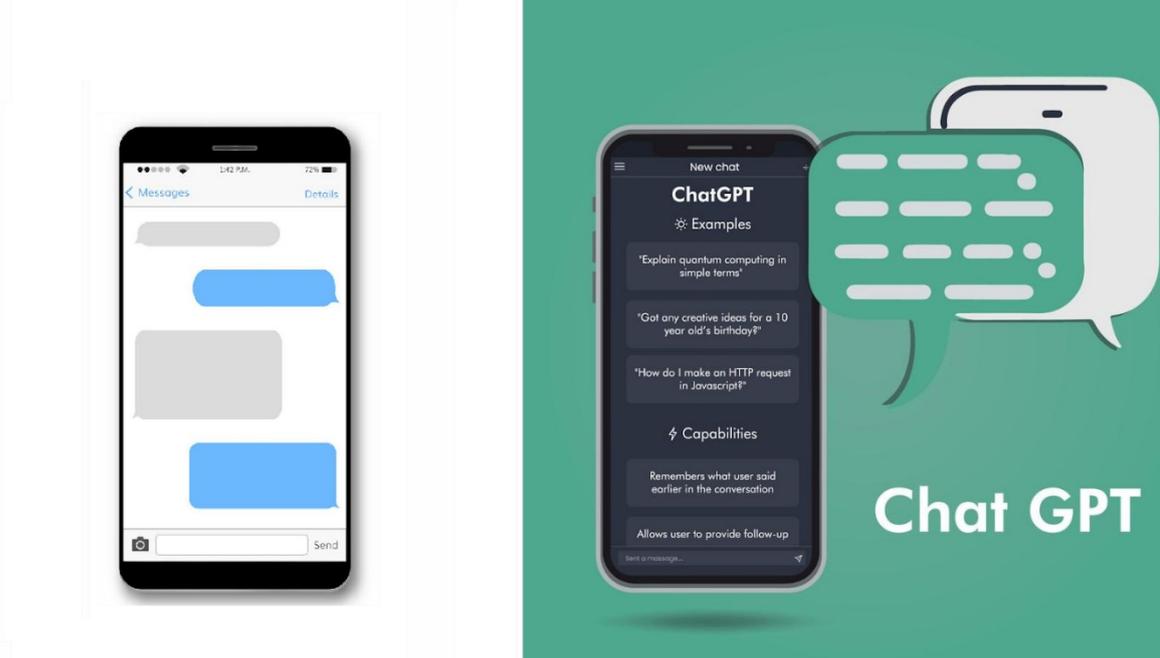
¹⁵ Parâmetros envolvem os cálculos probabilísticos desenvolvidos por modelos de linguagem ao serem treinados com grandes volumes. São esses parâmetros que permitem processar e gerar os textos apresentados.

¹⁶ A OpenAI só divulgou o número de parâmetros utilizados até o ChatGPT 3. Sua quarta versão é somente referida como substancialmente maior, não sendo os números disponibilizados.

¹⁷ Modelos do tipo *transformer* foram desenvolvidos graças à publicação de um artigo da Google intitulado "Atenção é tudo que você precisa" (*Attention is all you need* (Vaswani *et al.*, 2017)). Eles aplicam um conjunto de técnicas matemáticas, chamadas de atenção, para compreender a intrincada relação que elementos distantes de um texto mantêm entre si.

Para além de produções textuais coerentes, o modelo de linguagem desenvolvido pela OpenAI foi programado para funcionar como uma conversa entre uma “máquina” e quem a utiliza – daí o termo *chat* (bate papo). Em uma estrutura conhecida como *Natural Language Interface* (Interface de Linguagem Natural), usuários trocam mensagens igual fazem com outras pessoas em aplicativos de *instant messaging* (mensageiro instantâneo): escrevem e enviam comandos textuais em um campo específico, dispostos como balões de fala do lado direito da tela, a partir dos quais o ChatGPT elabora uma resposta, exibida também em um balão de fala, do lado esquerdo.

Figura 1 – Comparativo entre a estrutura de mensageiros instantâneos (esq.) com a do ChatGPT (dir.).



Fonte: edição de imagens no MS Paint a partir de imagens do Google.

Desse modo, o ChatGPT não “simula” somente texto. O que ele (re)produz, performativamente, é a própria ideia de humano. Em virtude de sua arquitetura conversacional, a qual organiza e dispõe mensagens de texto à maneira de mensageiros instantâneos, esse dispositivo alude à ideia de que aquilo que está “do outro lado da tela” não é um software e sim outra pessoa, fazendo com que o texto gerado por ela não seja visto como um resultado estatístico, e sim como uma produção

autoral, como um humano a conversar com outro humano. O modo como a resposta automatizada é disponibilizada para quem lê também corrobora para tal imaginário: ao invés de um bloco de texto pronto a aparecer na tela, de uma só vez (como ela é de fato gerada), palavras vão surgindo uma a uma no balão de fala à esquerda, como se alguém estivesse a pressionar tecla por tecla, letra por letra, refletindo sobre o que escreve enquanto o faz.

Todavia, embora estruturada a partir da ideia de uma conversa, essa antropomorfização da máquina (Salles; Evers; Farisco 2020) é fruto do apagamento, ao invés da evidência, desse mesmo humano, uma vez que é produzida enquanto um sujeito “neutro”, pretensamente imparcial. Ao ser questionado sobre sua neutralidade, o ChatGPT nos deu a seguinte resposta:

Como uma inteligência artificial desenvolvida pela OpenAI, eu me considero imparcial em vários aspectos, incluindo:

Falta de Emoções e Preconceitos Pessoais: Não tenho emoções, experiências de vida ou preferências pessoais, o que me permite abordar questões de maneira objetiva e sem preconceitos.

Baseado em Dados: Minhas respostas são baseadas em um vasto conjunto de dados e informações que foram treinadas em mim. Tento fornecer informações que são factuais e bem estabelecidas.

Consistência: Respondo de maneira consistente a perguntas semelhantes, o que ajuda a manter uma abordagem equilibrada e imparcial.

Aderência às Diretrizes: Sigo diretrizes rigorosas de uso responsável e ético da informação, evitando dar conselhos pessoais, médicos, financeiros ou legais específicos.

Variedade de Fontes: Quando pesquiso informações, tento usar uma variedade de fontes confiáveis para garantir uma visão equilibrada e abrangente dos tópicos.

Neutralidade Política e Cultural: Não tomo partido em questões políticas, culturais ou religiosas. Tento apresentar múltiplas perspectivas de forma justa e equilibrada.

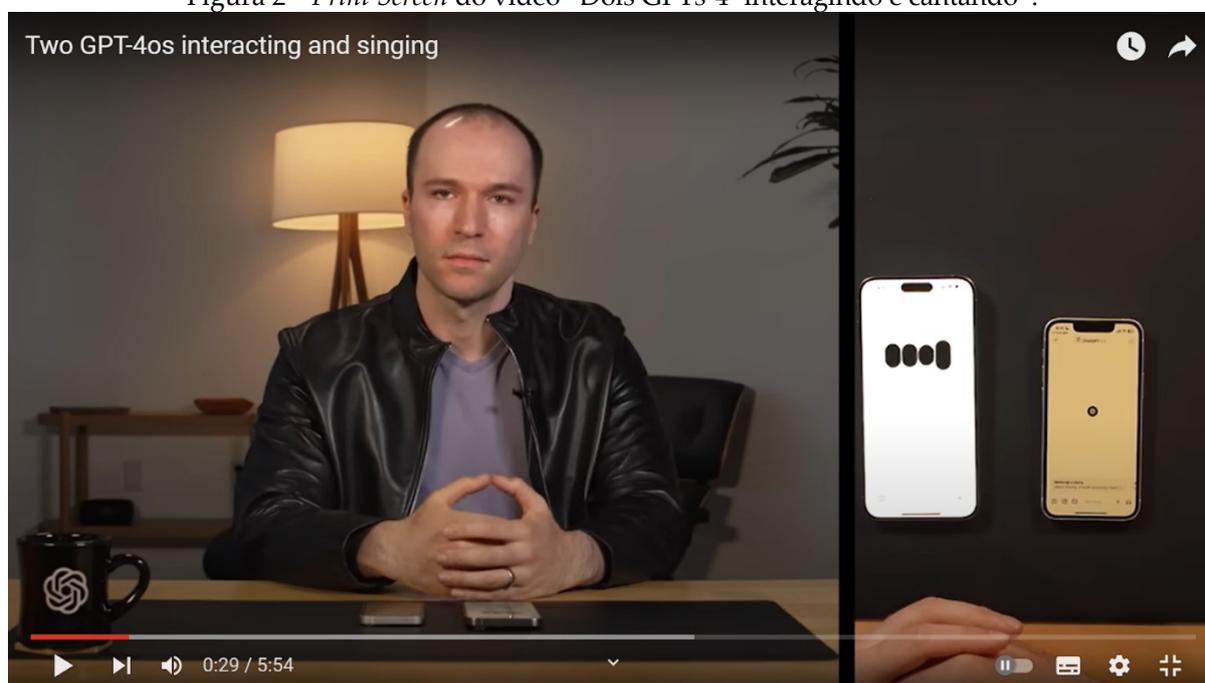
No entanto, é importante notar que, apesar desses esforços, a imparcialidade absoluta pode ser difícil de alcançar, já que a formação e os dados subjacentes podem refletir certos vieses. Além disso, algumas interpretações podem ser subjetivas, dependendo do contexto e da formulação das perguntas. (OpenAI, 2024)

Essa “inteligência artificial imparcial” procura ser o reflexo do velho conhecido **sujeito da modernidade**: invisível, sem rosto ou emoções, destituído de opiniões políticas ou culturais, atento aos “fatos” e não “opiniões”, moderado, corporalmente inexpressivo, isento e apartidário. Apesar “desses esforços” em relação à “imparcialidade”, a invisibilidade de qualquer traço subjetivo produz, performativamente, uma IA que se diz capaz de criar uma instância de agenciamento segura para as ações de um “sujeito-padrão” por excelência: aquela que basearia suas respostas em “dados” “consistentes”, a partir de uma “variedade de fontes”, sem “emoções” ou “preconceitos pessoais”. Isto é, no reconhecimento de um “sujeito-padrão” cuja segurança agentiva está intimamente ligada à negação de marcadores sociais de poder tais como sexo/gênero, classe social, raça, faixa etária, posicionamento geográfico, capacitismo etc. – o que, em linhas gerais, é refletido enquanto homem, branco, rico, cisgênero, heterossexual, europeu e sem nenhuma deficiência ou patologia neurológica. Esse é o primeiro aspecto que torna o ChatGPT parte da poderosa narrativa moderna e neoliberal, pois contribui para a produção dessa subjetividade pretensamente universal, herança do colonialismo (Martins; Viana, 2019).

Além disso, antropomorfizar o ChatGPT não significa somente aproximar e invisibilizar uma certa ideia de “humano”. Em última instância, o que essa narrativa neoliberal deseja é promulgar às máquinas tudo aquilo porque nós, enquanto “humanos”, não queremos nos responsabilizar – como a própria produção de políticas de morte de corpos racializados. É nesse ponto que a **necropolítica do ciborgue** atua de maneira mais proeminente: a partir da ideia de “raça humana”, dispositivos de inteligência artificial promovem uma separação precisa entre humanos e não-humanos, que é a base das ontologias raciais e políticas de inimizade de nosso tempo (Mbembe, (2018[2003])).

Vejamos como isso ocorre tomando como instrumental analítico um vídeo¹⁸ postado pela OpenAI sobre a última versão de seu dispositivo: o GPT-4o (OpenAI, 2024). Note que agora a palavra “chat” foi suprimida do nome de seu produto, ao passo que suas propriedades conversacionais cresceram exponencialmente: além de mensagens de texto, nele é possível interagir por meio de áudio e vídeo, com intervalos de resposta ainda menores e complexidades dialógicas surpreendentes, simulando o que seria de fato uma “conversa entre humanos”. Dentre traduções de falas em tempo real e resolução de problemas matemáticos em um tablet, uma nova funcionalidade do GPT-4o é apresentada: a possibilidade de colocar duas IAs para interagirem uma com a outra, sem a “necessidade”, “interferência” ou “mediação” de um humano.

Figura 2 – *Print Screen* do vídeo “Dois GPTs-4^o interagindo e cantando”.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=MirzFk_DSiI&t=3s. Acesso em: 17 jul. 2024.

“Vou deixar você falar com outra IA”, diz o humano para um dos celulares com o GPT-4o instalado, explicando que, enquanto um dos dispositivos irá interagir somente via áudio, o outro terá acesso ao ambiente da interação também via câmera e

¹⁸ https://www.youtube.com/watch?v=MirzFk_DSiI&t=3s. Acesso em: 17 jul. 2024.

deverá descrever tudo o que “vê” ao seu colega invisual, o qual por sua vez deverá se manter curioso sobre o local em si e fazer perguntas por áudio. Ambos concordam e se mostram animados com o experimento.

“Olá, meu novo amigo IA, sou ‘O’ e estou pronta para explorar o mundo através dos seus olhos. O que estamos vendo hoje?”¹⁹ diz o primeiro dispositivo, ao passo que o outro responde prontamente, descrevendo tudo o que está a aparecer na câmera de maneira bastante minuciosa, o que inclui a pessoa que está segurando o celular e todo o cômodo atrás dela, caracterizado pela máquina vidente como “moderno”, “industrial” e com “iluminação interessante”. A conversa continua com ambas as IAs comentando sobre a descrição da cena. Em seguida, o humano questiona o GPT 4-o sobre algo estranho que possa ter ocorrido durante os últimos segundos da interação em si, feito para verificar se a IA percebeu o aparecimento de uma outra pessoa na filmagem e o “chifrinho” (*bunny ears*) que ela fez com os dedos na cabeça da primeira pessoa (cf. figura 3). A IA vidente prontamente comenta tal fato e descreve as mudanças de cenário propostas por essa interação jocosa, seguido por comentários também da outra máquina. Por fim, o humano pede para que ambas cantem uma música sobre o que acabou de acontecer, e os dois GPTs prontamente elaboram uma canção sobre o ocorrido, pronunciando suas frases como se estivessem em um dueto e tentando rimar com o verso que sua dupla acabou de compor e cantar.

Para além do extremo espanto que um vídeo como esse pode nos causar – afinal, nele vemos duas IAs interagindo, se entendendo, conversando por áudio, interpretando um ambiente externo por vídeo, fazendo piada e cantando juntas, tudo em tempo real, algo que considerariamos inimaginável de acontecer há poucos anos – uma dimensão muito importante da narrativa neoliberal é tecida ali. Quando humanizamos e antropomorfizamos uma máquina e a colocamos para conversar com

¹⁹ Em inglês: “Hello there, new AI friend, I'm O, ready to explore the world through your eyes. What are we looking at today?”. Optamos por utilizar um marcador feminino em “ready” (pronta) uma vez que a voz expressa por essa IA no vídeo é claramente feminilizada, enquanto a voz da outra IA mostra-se notadamente masculina. Sobre a feminilização de IAs, ver Santos (2022).

outra, também humanizada, tiramos nossa responsabilidade de ação sobre elas, isto é, criamos uma instância ontológica muito clara entre “humano” e “tecnologia” ao mesmo tempo em que relegamos à máquina a capacidade de agir por si só, sem nós. Com isso, estamos buscando dar a tais dispositivos a agência e a incumbência de fazer tudo aquilo pelo que não queremos nos responsabilizar – pois agora, cada qual está ontologicamente separado de seu oposto (humano/tecnologia) ao mesmo tempo em que máquinas podem agir e operar sozinhas. Esmiucemos este ponto a seguir.

Figura 3 – *Print Screen* do vídeo “Dois GPTs-4º interagindo e cantando”.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=MirzFk_DSiI&t=3s. Acesso em: 17 jul. 2024.

Ao comentarem sobre aparatos de guerra, Bauman e Lyon (2013) discorrem sobre o que chamaram de “tecnologias à distância”, instrumentos bélicos que são operados e manuseados com um grande intervalo espacial entre essas armas e quem as manipula. Tal distanciamento possibilita com que se “perca de vista” quem os acionou e se esqueça até mesmo da força destrutiva dessas máquinas, uma vez que agora são disparadas ao simples apertar de um botão. Argumentam Bauman e Lyon (2013, p. 77) que

No início do século XXI, a tecnologia militar despontou e, assim, conseguiu “despersonalizar” a responsabilidade de modo que nem Orwell ou Arendt poderiam imaginar. Mísseis e drones “espertos e inteligentes” assumiram o controle da tomada de decisões e da seleção de alvos tanto das bases quanto dos escalões mais altos da hierarquia militar. Os desenvolvimentos tecnológicos mais importantes dos últimos anos não tiveram relação com o poder de fogo das armas, e sim com a “adiaforização” do extermínio militar (isto é, a remoção de ações sujeitas à avaliação moral). Como Günther Anders alertou depois de Nagasaki, mas ainda bem antes do Vietnã, do Afeganistão ou do Iraque: “não se range os dentes quando se aperta um botão... Uma tecla é uma tecla” (Bauman; Lyon, 2013, p. 77).

Assim, o simples apertar de um botão, causando uma explosão a milhares e milhares de quilômetros de distância e matando inúmeras pessoas, “exonera seu operador da culpa moral que o perseguiria se ele fosse total e verdadeiramente encarregado de selecionar os condenados para a execução; e, mais importante ainda, garante antecipadamente a ele que, caso aconteça um erro, a culpa não será sua” (Bauman; Lyon, 2013, p. 78), permitindo a esse condutor que deite sua cabeça no travesseiro à noite e durma tranquilamente, sem nenhum pesadelo ou bruxismo. A máquina, no caso, fez tudo sozinha. É dela a responsabilidade.

Acontece que tais dispositivos e tecnologias não se restringem somente à esfera militar, tendo se espalhado para a vida como um todo em meio a **governamentalidade neoliberal** contemporânea (Dardot; Laval, 2016). Bauman e Lyon (2013, p. 81) afirmam que “instrumentos de vigilância instalados nas entradas de lojas ou condomínios fechados não estão equipados com um ‘braço executivo’ concebido para aniquilar os alvos detectados e identificados – mas o seu objetivo, de igual modo, é a incapacitação dos alvos e sua remoção para “fora das zonas limítrofes”. São esses os dispositivos, por exemplo, que instauram as **políticas de inimidade** (Mbembe, 2018[2003]) de nosso tempo, presentes nos aplicativos de reconhecimento facial em nossos smartphones, nos documentos migratórios que indexam o estrangeiro bem-vindo ou não, nas câmeras de vigilância que monitoram espaços públicos e privados, nos aplicativos

bancários que gerenciam nosso crédito e dívida e, também, nas Inteligências Artificiais que “apenas” facilitam nossa capacidade criativa.

Portanto, e retornando ao GPT-4o, quando humanizamos e antropomorfizamos uma máquina, o que queremos relegar a ela, em última instância, é a chance, a capacidade e a possibilidade de matar. Porque quando desenvolvemos um dispositivo tão eficaz, capaz de interagir com outro sem nosso comando ou presença – ou melhor, após termos apertado um botão ou dado um comando de maneira completamente dissociável desses dispositivos –, o que queremos fazer é deixar com que a máquina mate sozinha. Que ela **deixe morrer ou faça morrer**. É isso que o ChatGPT também é capaz de fazer: contribuir e reforçar a narrativa necropolítica neoliberal que separa humanos de não-humanos, ao mesmo tempo em que nos mostra que a máquina, agora, pode muito bem agir sozinha. Ela é transformada em máquina de guerra.

Essa lógica nos é bastante confusa e alienante porque opera justamente nas extremidades mais polares da produção de subjetividade do capitalismo contemporâneo: a sujeição e a servidão. Lazzarato explora essa questão ao afirmar que

O capitalismo exerce um duplo cinismo: cinismo “humanista” de nos atribuir uma individualidade e papéis pré-estabelecidos (trabalhador, consumidor, desempregado, homem/mulher, artista, etc.) nos quais os indivíduos devem se alienar; e cinismo “desumanizante” de nos incluir em um agenciamento que não distingue mais humano e não humano, sujeito e objeto, as palavras e as coisas. Na servidão não agimos mais, nem mesmo *fazemos uso* de qualquer coisa, se por ação e uso entendemos funções do sujeito. Antes constituímos simples entradas e saídas, *inputs* ou *outputs* do funcionamento de processos econômicos, sociais, comunicacionais, governados ou pilotados pela servidão (Lazzarato, 2010, p. 170, grifos do autor).

Desse modo, então, a lógica neoliberal (da qual o ChatGPT é derivado) cisiona e discrimina aquilo mesmo que entendemos como “indivíduo” e “equipamento”, de um lado, enquanto borra essas mesmas diferenças ao fazer com que determinado equipamento seja capaz de ações antes relegadas à esfera do indivíduo, de outro. E isso a produção textual do ChatGPT faz com maestria: por ser fruto de um processo

estatístico, “puramente” computacional/matemático, ela configura uma semiótica a-significante, da mesma forma como operam as flutuações da bolsa, os cálculos algorítmicos ou os dados laboratoriais. Entretanto, o *output* maquínico gerado por essa máquina, na forma de um texto na qual letra por letra aparece como se estivesse sendo digitada, é **perfeitamente legível** para nós, humanos, compondo sem problema nossas significações sociais vigentes (as semióticas significantes). É o que nos permite proferir, com alarde e receio, afirmações como “o ChatGPT conversa igualzinho um humano”.

Com isso, “humanos” e “não-humanos” ficam presos a essa engrenagem capitalista, relegados à sistematização e automação de suas tarefas e modos de vida. Lazzarato (2010) nomeia isso de servidão maquínica: o modo de gestão capitalista atual na qual sistemas tecnológicos gerenciam seus componentes humanos e maquínicos para que permaneçam perpetuamente na circulação e produção de capital. Essa servidão é bastante perversa porque, ao mesmo tempo em que dessubjetiva o indivíduo, tornando-o peça de um sistema, retira desse mesmo indivíduo a capacidade crítica, reflexiva e agentiva em suas relações com a máquina.

Nesse contexto, o que denominamos **necropolítica do ciborgue** é a capacidade do ChatGPT em criar dois domínios ontológicos distintos: em um primeiro momento, ele determina até onde nós, enquanto humanos, podemos “ir”, isto é, quais os limites ontológicos que (con)formam e denominam aquilo que somos. Esses mesmos limites ontológicos são estabelecidos, ao mesmo tempo, para (con)formar e denominar as máquinas. Em um segundo momento, ele borra essa mesma divisão, possibilitando à máquina que opere enquanto humano, acirrando a competição e rivalidade com ela – pois agora ela é nossa rival e concorrente – e, também, acirrando a competição e rivalidade entre humanos – pois agora, além deles, há uma máquina também disputando seu lugar. As **políticas de inimidade**, aqui, são ebulidas de modo a produzir uma “guerra sem fim” generalizada, típica de um mundo colonizado (Mbembe, 2018[2003], p. 33): humanos devorando humanos, máquinas devorando máquinas, humanos devorando máquinas, máquinas devorando humanos.

É precisamente contra essa narrativa ontológica e essa engrenagem neoliberal e necropolítica que devemos lutar.

5 Conclusões (ou *A tension is all you need*)

Nossa aposta para combater a poderosa e perversa narrativa que aprisiona humanos e máquinas nos labirintos neoliberais do necropoder está na produção de fissuras que desmanchem esse mesmo fio narrativo, e que possam nos guiar a outras maneiras de pensar os agenciamentos ciborgue que permeiam nosso mundo contemporâneo. Não se trata aqui de “travar uma guerra contra as máquinas”, uma vez que é justamente essa distinção o cerne das políticas de inimizade que alicerçam as práticas de racialização e extermínio. O que necessitamos é a elaboração de uma agenda voltada a romper os códigos que programam tanto o esquema de nossas subjetividades quanto o funcionamento das máquinas vigentes. Para Barad,

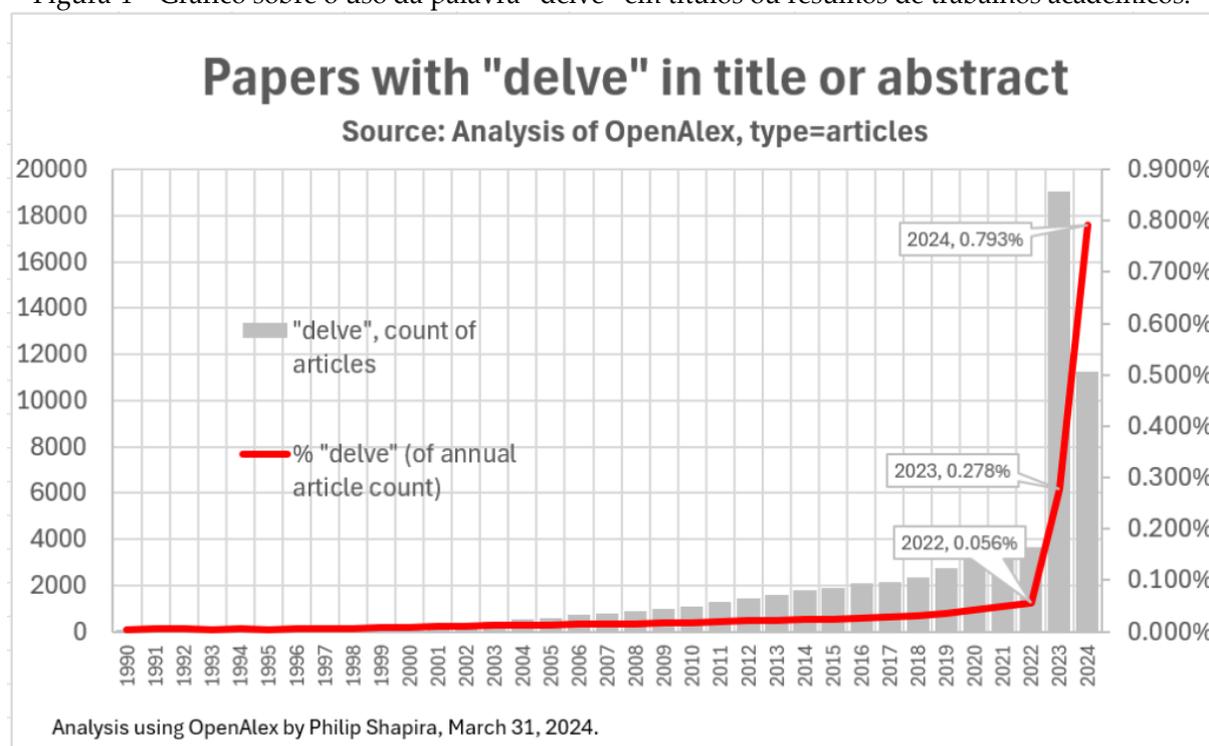
A desconstrução da própria ideia de uma natureza/cultura inerente não seria uma ferramenta útil, ou talvez um pré-requisito, para desconstruir o machismo, o racismo, a homofobia e outros males sociais que são sustentados por esse dualismo e seus desdobramentos? (Barad, 2007, p. 368-369).

Um dos caminhos possíveis para o rompimento da ontologia do natural/cultural está, então, em desenvolver **práticas de hackeamento**, isto é, programações computacionais que visem a quebrar ou a máquina ou o maquinário que a torna possível. Para Preciado (2018), *hackers* são como piratas, uma vez que saqueiam produtos e mercadorias digitais (os *softwares*) para promover uma distribuição mais livre e menos institucional daquilo que é possuído por grandes corporações – a própria pirataria por excelência. Esse tipo de ação produz uma cooperação mais horizontalizada do acesso à tecnologia e, para além de um Estado servil à lógica neoliberal, instrumentaliza os usos da tecnologia de modo mais comunitário que mercantil, beneficiando populações vulnerabilizadas pelas mais

diversas plataformas digitais²⁰. Precisamos, então, de linhas de código que quebrem o código ou a estrutura que tornam as IAs possíveis e operantes. Movimentos como o *Google will eat itself*²¹ (O Google irá se engolir) são exemplos disso.²²

O ChatGPT produz seus textos a partir de estimativas probabilísticas das gigantescas bases de dados textuais nas quais ele é treinado. Está fadado, portanto, à repetição robótica e exaustiva de tudo aquilo que já foi escrito. O crescimento exponencial do verbo *delve* (aprofundar) em artigos publicados em inglês no último ano não somente ilustra esse ponto como também evidencia a enorme quantidade de usos da plataforma da OpenAI na produção acadêmica:

Figura 4 – Gráfico sobre o uso da palavra “delve” em títulos ou resumos de trabalhos acadêmicos.



Fonte: <https://pshapira.net/2024/03/31/delving-into-delve/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

²⁰ Hackeamento e produção de novos apps que ofereçam serviços como os do iFood, da Uber, do Airbnb etc., que favoreçam trabalhadores, consumidores e usuários ao invés de acionistas e rentistas.

²¹ <https://gwei.org/index.php>. Acesso em: 17 jul. 2024.

²² Parikka (2015, p. 108) explica que esse projeto, “(...) é uma exploração parasitária da lógica do Google e de seu programa AdSense. Ao falsificar contas do AdSense, o projeto é capaz de coletar micropagamentos do Google e usar o dinheiro para comprar ações do próprio Google – um consumo canibal por si só”.

Portanto, o texto que o ChatGPT não é capaz de escrever é aquele que ainda não foi escrito: a palavra que ainda não foi combinada, a estrutura que ainda não foi desenvolvida, o verbo que ainda não foi conjugado. A produção linguística mais improvável ao ChatGPT é aquela que não pode ser calculada nem resumida a probabilidades matemáticas. É Literatura. Haraway (2009[1991], p. 103) argumenta que “se é verdade que somos aprisionados pela linguagem, então, a fuga dessa prisão exige poetas da linguagem, exige um tipo de enzima cultural que seja capaz de interromper o código; a heteroglossia ciborguiana é uma das formas de política cultural radical”.

Assim, uma segunda maneira de promover fissuras no regime das IAs seria, então, por meio de **intervenções artísticas** no interior da linguagem de programação majoritária, com foco em seus efeitos na vida (e na morte) ocasionadas por suas palavras de ordem (Deleuze; Guattari, 2011); noutras palavras, um hackeamento que produza uma linguagem de programação em devir-minoritário (Deleuze; Guattari, 2015). Essa linguagem, aqui entendida como ciborgue, é pensada como um **código em aberto** que possibilita, nas suas mais variadas associações com outros agentes, composições criativas e transformadoras em relação às nossas vivências coletivas. Produções como o *DecolonizAI*²³ exemplificam tais movimentos.

Por fim, precisamos construir práticas de hackeamento que não nos posicione na ontologia antropocêntrica de novo e de novo – o ciborgue enquanto ontologia em aberto (Martins; Viana, 2019). Se nossa relação contemporânea com a máquina é capaz de nos desterritorializar e desubjetivar enquanto humanos, esses mesmos mecanismos maquínicos também nos possibilitam a criação de devires não-humanos potencialmente capazes de resistir à necropolítica do ciborgue. A capacidade de fazer fugir a linguagem de uma axiomática antropocêntrica também é a capacidade de fazer fugir a máquina da axiomática neoliberal e de seus efeitos agonísticos sobre nós. A

²³ <https://www.decolonizai.com/>. Acesso em: 17 jul, 2024.

servidão maquínica já nos indica um tensionamento entre humano e máquina que poderia ser empregado para repensar nossas socialidades. Lazzarato argumenta que

A dessubjetivação operada pela servidão maquínica poderia ser aproveitada para escaparmos às sujeições coletivas assassinas da modernidade capitalista e das sujeições individuais que nos encerram sempre de novo no eu, na pessoa, na família, etc. Aproveitar a dessubjetivação para produzir outra coisa que não um individualismo paranoico, e sair da falsa alternativa de ser condenado a funcionar como uma peça entre outras de uma maquinaria social ou de se tornar um sujeito individual, um capital humano. (Lazzarato, 2010, p. 176-177)

É claro que não podemos pensar tais práticas e movimentos de maneira ilusória ou inocente, como se a arte por si só fosse resolver todas as mazelas sociais que possuímos na contemporaneidade (ou como se nela também não houvesse opressão). O ciborgue, mais uma vez, vem para nos “salvar” dessa fantasia delirante de que haverá algum momento no futuro em que toda forma de opressão sumirá ou de que não há mais nada a ser feito e que o fim do mundo é iminente. Nem ingênuo, nem catastrófico. Fiquemos com o problema (Haraway, 2016), sempre dentro das estruturas, mas também contra elas, na busca de tensionar muito mais do que simplesmente solucionar ou desistir.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARAD, K. **Meeting the universe halfway. Quantum physics and the entanglement of matter and meaning**. Durham: Duke University Press, 2007. DOI <https://doi.org/10.2307/j.ctv12101zq>

BAUMAN, Z.; LYON, D. **Liquid surveillance**. Cambridge: Polity, 2013.

BIONDI, K. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro nome, 2010.

BUTLER, J. **Excitable Speech. A politics of the performative**. Nova Iorque: Routledge, 1997.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echelar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura menor. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. v. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

GUYER, J. From market to platform: shifting analytics for the study of current capitalism. In: GUYER, J. **Legacies, Logics, Logistics**: Essays in the Anthropology of the Platform Economy. Chicago: University of Chicago Press, 2016. DOI <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226326900.001.0001>

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (org.). **Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009[1991].

HARAWAY, D. J. **Staying with the trouble. Making kin in the Chthutlucene**. Durham: Duke University Press, 2016. DOI <https://doi.org/10.2307/j.ctv11cw25q>

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Salvador: Edufba, 2012.

LAZZARATO, M. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, n. 12, p. 168-179, 2010.

MARTINS, E. E. B.; VIANA, R. F. Por uma visão de linguagem ciborgue e coletiva. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 2, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/010318135417215822019>

MBEMBE, A. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1, 2018[2003].

OPENAI. **ChatGPT**. Resposta fornecida pela inteligência artificial ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI. Disponível em: <https://www.openai.com>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PARIKKA, J. Ethologies of software art and affect: what can a digital body of code do? *In*: HILLS, K.; PAASONEN, S.; PETIT, M. (org.). **Networked Affect**. Cambridge: The MIT Press, 2015. DOI <https://doi.org/10.7551/mitpress/9715.003.0010>

PASQUINELLI, M. Metadata Society. *In*: Braidotti, R; HLAVAJOVA, M. **Posthuman Glossary**. Londres: Bloomsbury, 2018.

PENNYCOOK, A. Performance and performativity. *In*: PENNYCOOK, A. **Global Englishes and transcultural flows**. Nova Iorque: Routledge, 2007. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203088807>

PENNYCOOK, A. **Language Assemblages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2024. DOI <https://doi.org/10.1017/9781009348638>

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1, 2018.

SALLES, A.; EVERS, K.; FARISCO, M. Anthropomorphism in AI. **AJOB Neuroscience**, v. 11, n. 2, p. 88-95, 2020. DOI <https://doi.org/10.1080/21507740.2020.1740350>

SANTOS, F. O. **A voz feminina em assistentes virtuais: uma análise pelos estudos da linguagem**. Tese (doutorado) - Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006[1916].

SCHÜL, N. D. **Addiction by design. Machine gambling in Las Vegas**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

SLEE, T. **Uberização: A nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

TRAVERSO, E. **La Violence Nazie**: Une généalogie européenne. Paris: La Fabrique Editions, 2002.

VASWANI, A. *et al.* Attention is all you need. **31st Conference on Neural Information Processing Systems**. Long Beach, CA, 2017.

VIANA, R. F. **O Dispositivo Cristão Inclusivo**: a contra-colonialidade de performances narrativas em cenas do cristianismo contemporâneo. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.